ALFABETIZAÇÃO

Mapa do Analfabetismo no Brasil

Ministério da Educação
INEP
Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira

República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação (MEC)
Cristovam Buarque

Secretaria Executiva do MEC
Rubem Fonseca Filho

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
Otaviano Augusto Marcondes Helene

Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais
José Marcelino de Rezende Pinto

Mapa do Analfabetismo no Brasil

Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais
José Marcelino de Rezende Pinto

Coordenação-Geral de Sistema Integrado de Informações Educacionais
Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Coordenação de Análise Estatística
Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira Brant - **Coordenadora**
Ana Roberta Pati Pascom
Carolina Pingret de Sousa
Fábio Costa Andrade
James Richard S. Santos
João Vicente Pereira
Marcos Ruben de Oliveira
Roxana Maria Rossy Campos
Vanessa Néspoli

Coordenação de Sistematização das Informações Educacionais
Jorge Rondelli da Costa - **Coordenador**
Helio Franco Rull
Lídia Ferraz
Maria Angela Inácio
Maria das Dores Pereira
Reinaldo Gaya Lopes dos Santos

Sumário

Apresentação 5

Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil 6

A herança 6

As desigualdades regionais 7

O analfabetismo nos municípios 8

A distribuição pelas faixas etárias 10

Analfabetismo e gênero 10

Analfabetismo e Renda 11

Os alfabetizadores 11

Considerações finais 12

Referências Bibliográficas 12

ANEXO I 13

ANEXO II 33

Apresentação

Quando o professor Cristovam Buarque tomou posse como Ministro de Estado da Educação do Governo Lula, seu discurso apontou como prioridade a implantação de políticas de inclusão social para concluir a abolição da escravatura no Brasil, para ele, incompleta. O pilar do seu discurso, reconhecendo os avanços recentes na área educacional, prevê como prioridade o combate implacável ao analfabetismo. Sobre as políticas educacionais, disse ele: "precisamos pisar no acelerador e dobrar à esquerda". Uma referência à urgência com que certos problemas precisam ser resolvidos. Esta publicação pretende subsidiar os poderes públicos na formulação das políticas de inclusão. O Inep coloca esta publicação à disposição de todas as instâncias administrativas para ampliar a reflexão sobre o tema, oferecendo, ainda, um acervo de dados para que o desenho dessas políticas possa ser orientado com informações precisas.

O texto apresentado não pretende esgotar a análise sobre o analfabetismo no Brasil, suas causas e conseqüências; o exercício aqui elaborado trata de um esforço inicial de reflexão sobre os dados apresentados. Nossa proposta com o presente documento é subsidiar a implantação das políticas para a erradicação do analfabetismo encabeçadas pelo Ministério da Educação. O Brasil é um país plural, com diferenças regionais e intra-regionais. Assim sendo, toda política educacional deve considerar essas diferenças se deseja atingir seus objetivos, ainda mais na área do combate ao analfabetismo, marcada por propostas salvacionistas há longa data e que geralmente fracassaram. Deve-se considerar, também, o nível de descentralização em que o sistema está organizado.

Por isso, anexo a esta publicação, segue um arquivo com os dados demográficos sobre a situação do analfabetismo no Brasil, considerando suas diferentes dimensões, em conjunto com os dados do Censo Escolar. O primeiro conjunto de dados, levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o segundo, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Constam, ainda, dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, construído pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tais informações foram agrupadas para *todos os municípios do País*, considerando a divisão político-administrativa do ano de 2000, permitindo, portanto, consulta individualizada.

Com este trabalho, esperamos estar contribuindo para que esse assunto entre, de fato, na agenda dos governadores, prefeitos, membros dos Órgãos Legislativos, Secretarias de Educação e que ganhe o corpo e a alma dos educadores para que possa, finalmente, ser uma página virada de nossa história.

É uma cruzada que precisa da participação de todos. O Brasil precisa de uma política educacional para a Nação. É um objetivo ambicioso, mas decisivo para que alcancemos um nível de desenvolvimento econômico e social compatível com nossas dimensões e riquezas e com a grandeza de nosso povo.

Otaviano Augusto Marcondes Helene
Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

A herança

Ao apresentarmos uma síntese dos dados sobre analfabetismo no Brasil, o primeiro ponto a se considerar é que se trata de um problema que possui uma longa história no País. Assim, em sua interessante obra *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*, escrita em 1889, José Ricardo Pires de Almeida (2000) comenta o fato de que no Brasil Colônia "havia um grande número de negociantes ricos que não sabiam ler" (p. 37). Prova disso é que no Império admitia-se o voto do analfabeto desde que, é claro, este possuísse bens e títulos. O autor relata outro fato que também ajuda a entender as causas desse fenômeno e que ainda hoje se encontra presente: os baixos salários dos professores que impedia a contratação de pessoal qualificado e que levava ao "afastamento natural das pessoas inteligentes de uma função mal remunerada e que não encontra na opinião pública a consideração a que tem direito" (idem, p. 65). No mesmo trabalho, ele mostra que, em 1886, enquanto o porcentual da população escolarizada no Brasil era de apenas 1,8%, na Argentina este índice era de 6%.

Fatos como esse ajudam talvez a entender por que, em 2000, enquanto a Argentina ocupava o 34º lugar no *ranking* de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o Brasil ocupava a 73º posição, em situação bem inferior à de outros países da América Latina conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano e Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 2000

País	IDH	Posição	Taxa de Analfabetismo (%)
Noruega	0,942	1º	0,0
Austrália	0,939	5º	0,0
Áustria	0,926	15º	0,0
Espanha	0,913	21º	0,0
Portugal	0,880	28º	7,8
Argentina	0,844	34º	3,2
Chile	0,831	38º	4,2
Costa Rica	0,820	43º	4,4
Trinidad e Tobago	0,805	50º	1,7
México	0,796	54º	8,8
Colômbia	0,772	68º	8,4
Brasil	0,757	73º	13,6
Peru	0,747	82º	10,1
Equador	0,732	93º	8,4
Cabo Verde	0,715	100º	26,2

Fonte: Pnud e Unesco.

A Tabela 2 busca, então, apresentar como evoluiu, no último século, o número de analfabetos no País. Por ela podemos constatar dois fatos importantes. Em primeiro lugar observa-se que a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais caiu ininterruptamente ao longo do século passado, saindo de um patamar de 65,3% em 1900 para chegar a 13,6% em 2000. Contudo, como já alertava Anísio Teixeira (1971), em trabalho de 1953, não basta a queda da taxa de analfabetismo; é fundamental também a sua redução em números absolutos. E neste aspecto há muito ainda a ser feito. Como dado positivo, finalmente, na década de 1980, conseguimos reverter o crescimento constante até então verificado no número de analfabetos. Como dado negativo, havia em 2000 um número maior de analfabetos do que aquele existente em 1960 e quase duas vezes e meia o que havia no início do século 20. Como, do ponto de vista da mobilização dos recursos, o que interessa é o número absoluto de analfabetos, percebe-se a grande tarefa que temos pela frente, tarefa essa, é claro, facilitada pelo fato de que a riqueza social produzida hoje pelo Brasil é muito maior do que aquela de 1960, ou do início do século.

Tabela 2 – Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total(1)	Analfabeta(1)	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.
Nota: (1) Em milhares

Se por um lado, o Brasil tem hoje plenas condições, do ponto de vista de seus recursos econômicos e da qualificação dos seus docentes, para enfrentar o desafio de alfabetizar seus mais de 16 milhões de analfabetos, por outro lado, o próprio conceito de analfabetismo sofreu alterações ao longo deste período. Assim, enquanto o conceito usado pelo IBGE nas suas estatísticas considera alfabetizada a "*pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece*", cada vez mais, no mundo, adota-se o conceito de analfabeto funcional, que incluiria todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas. Usando este segundo critério, mais adequado à realidade econômica

e tecnológica do mundo contemporâneo, o nosso número de analfabetos salta para mais de 30 milhões de brasileiros, considerando a população de 15 anos ou mais.

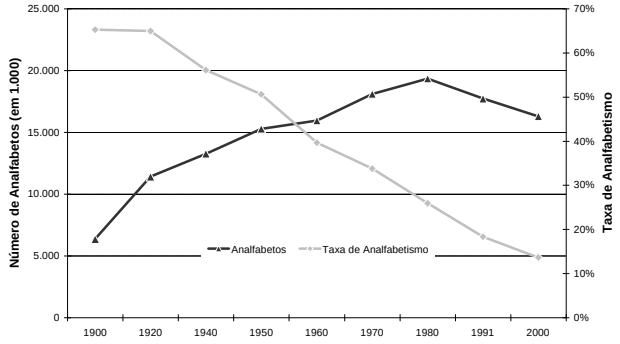


Gráfico 1 – Número de analfabetos e taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais – Brasil – 1900/2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Este número deve ser analisado com atenção para que possamos identificar os impactos decorrentes da expansão do sistema. De fato, a ampliação do atendimento escolar teve forte impacto no processo de desaceleração do analfabetismo, sobretudo nas faixas etárias mais jovens. Por outro lado, o ganho na escolaridade média dessa população, apesar de expressivo, foi insuficiente para garantir-lhes, pelo menos, o ensino fundamental completo. Para ilustrar esse fato, basta observar que, como mostra a Tabela 3, na faixa etária de 15 a 19 anos, o analfabetismo era de 24% no início da década de 70 e passou para pouco mais de 3% em 2001. Nesta mesma faixa etária, a escolaridade média subiu de quatro para seis anos de estudo.

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo e escolaridade média por faixa etária – Brasil 1970/2001

Faixa Etária/Ano	Taxa de Analfabetismo (%)	Escolaridade Média (Séries Concluídas)
15-19 anos		
1970	24,0	4,0
2001	3,0	6,0
45-59 anos		
1970	43,2	...
2001	17,6	5,6

Fonte: IBGE.

Na ponta da pirâmide etária, o analfabetismo mostrou-se mais difícil de combater. Na faixa etária de 45 a 59 anos, em 2001, 17,6% eram analfabetos e tinham, em média, 5,6 anos de estudo.

Os dados da Tabela 3 mostram que o melhor antídoto para o analfabetismo é assegurar escola para todos na idade correta. Contudo, se essa escola não for de qualidade, continuaremos a produzir o analfabeto funcional, que apesar de ficar até oito anos na escola, não consegue avançar além das séries iniciais.

Analisaremos, a seguir, como o número de analfabetos distribui-se entre as diferentes regiões do País.

As desigualdades regionais

Tendo o Brasil, como sua marca básica, as desigualdades sociais e regionais, não poderia ser diferente com o analfabetismo. Como mostra a Tabela 4, as regiões com menor desenvolvimento econômico e de economia pouco diversificada são as que apresentam os piores indicadores. Assim, o Nordeste brasileiro tem a maior taxa de analfabetismo do País, com um contingente de quase oito milhões de analfabetos, o que corresponde a 50% do total do País.

Tabela 4 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 1996/2001

Unidade Geográfica	Ano		
	1996	1998	2001
Brasil	14,7	13,8	12,4
Norte	12,4	12,6	11,2
Nordeste	28,7	27,5	24,3
Sudeste	8,7	8,1	7,5
Sul	8,9	8,1	7,1
Centro-Oeste	11,6	11,1	10,2

Fonte: IBGE, Pnads de 1996, 1998 e 2001.

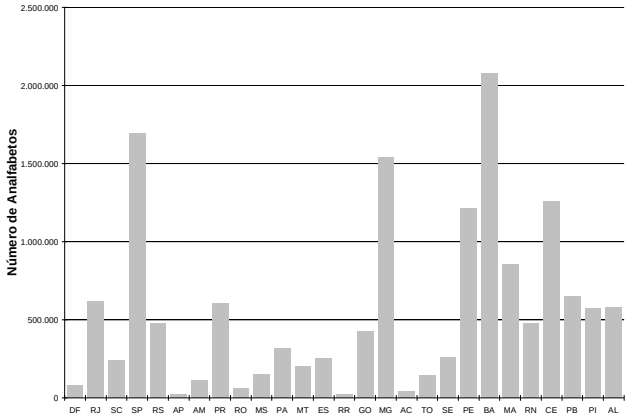


Gráfico 2 – Distribuição de analfabetos da população brasileira de 15 anos ou mais por unidade da Federação – 2001

Fonte: IBGE, Pnad de 2001.
Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Contudo, quando se observa o Gráfico 2, que mostra a distribuição do total de analfabetos absolutos entre os Estados, constata-se que cinco deles (Bahia, São Paulo, Minas Gerais,

Pernambuco e Ceará) respondem por cerca da metade dos analfabetos do País.

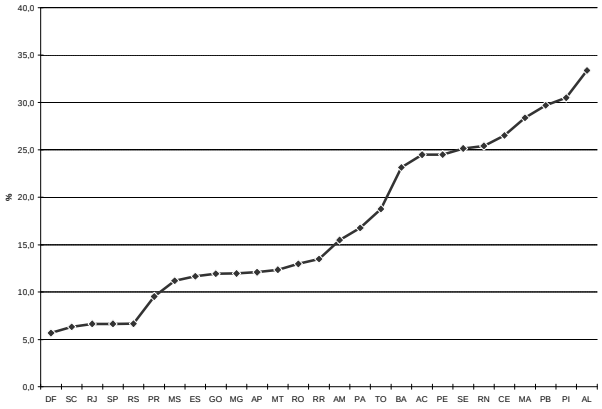


Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo da população brasileira de 15 anos ou mais por unidade da federação – 2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O analfabetismo nos municípios

Para a definição de estratégias de combate ao analfabetismo, é importante também conhecer a sua distribuição entre os municípios, unidade administrativa básica da Federação. Para ilustrar esse enfoque, considerando-se uma classificação em ordem decrescente do número de analfabetos, constatamos que 125 municípios concentram um quarto do total de analfabetos e 586 municípios respondem pela metade do total de analfabetos de 15 anos ou mais do País.

Analisando agora os cem primeiros municípios com a maior concentração de analfabetos, constata-se que eles estão indistintamente distribuídos em praticamente todas as unidades da Federação. Nesta lista aparecem 24 municípios de capital, com a cidade de São Paulo encabeçando a lista daqueles com o maior número de analfabetos, 383 mil, seguida da cidade do Rio de Janeiro, com 199 mil. É surpreendente a situação do Distrito Federal, que detém a melhor condição educacional do País, mas concentra, no entanto, 83 mil analfabetos, estando em oitavo lugar entre os municípios com o maior número de analfabetos, conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição do número de analfabetos nos cem primeiros municípios onde ocorre maior concentração – 2000

UF	Municípios	Analfabetos de 15 anos ou mais			
		Total	Faixa Etária (em anos)		
			15 a 29	30 a 59	60 e mais
SP	13	661.949	94.329	330.749	236.871
RJ	7	403.508	61.431	190.754	151.323
CE	11	381.015	79.450	197.600	103.965
PE	11	369.738	80.364	186.788	102.586
BA	9	326.510	69.529	164.901	92.080
MG	9	227.222	26.379	112.901	87.942
MA	8	200.503	46.933	98.915	54.655
AL	3	147.834	40.163	76.581	31.090
PB	4	135.249	30.575	66.447	38.227
PI	2	90.710	18.772	47.064	24.874
RN	2	89.593	18.177	45.990	25.426
DF	1	83.378	14.625	45.378	23.375
PA	3	83.101	16.999	39.968	26.134
GO	3	80.196	9.651	39.228	31.317
SE	3	66.625	15.522	34.376	16.727
PR	2	63.635	5.987	30.045	27.603
AM	1	57.096	11.318	28.692	17.086
ES	2	39.798	4.970	20.953	13.875
RS	1	36.167	5.748	16.302	14.117
MS	1	28.466	3.039	14.119	11.308
AC	1	23.080	4.966	12.135	5.979
MT	1	20.777	2.459	10.953	7.365
RO	1	17.999	2.834	9.843	5.322
AP	1	16.060	3.533	8.004	4.523
Total	100	3.650.209	667.753	1.828.686	1.153.770
%	1,8	22,4	21,6	22,6	22,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Uma outra abordagem que pode ser feita considera o número de analfabetos em cada município. Organizando esse quantitativo municipal em intervalos (Tabela 6), identifica-se a existência de 2.142 municípios brasileiros com até mil analfabetos. Esses municípios, com uma população residente que varia de 795 habitantes, com 25 analfabetos (Borá/SP), a 29.358 habitantes, com mil analfabetos (Timbó/SC), têm, em média, uma população residente de 5.470 habitantes e possuem, ao todo, 1.125.191 de analfabetos, cerca de 6,9% do total de analfabetos de 15 anos ou mais do País. Esses municípios de pequeno porte estão distribuídos, de forma mais predominante, nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Tabela 6 – Analfabetos de 15 anos ou mais – Brasil – 2000

Número de Analfabetos	Municípios		Analfabetos	
	Total	%	Total	%
Até mil	2.142	38,9	1.125.191	6,9
De 1.001 a 5.000	2.599	47,2	6.171.095	37,9
De 5.001 a 10.000	524	9,5	3.616.979	22,2
Mais de 10.000	242	4,4	5.381.624	33,0
Total	5.507	100,0	16.294.889	100,0

Fonte:IBGE, Censo Demográfico 2000.

Por outro lado, 242 municípios apresentam mais de 10 mil analfabetos em sua população residente. Esse contingente corresponde a um total de 5.381.624 analfabetos, representando 33% da população analfabeta do País.

A população residente nesses municípios varia de 34 mil habitantes, 10 mil dos quais analfabetos (Araioses/MA), a 10.400.000 habitantes, com 383 mil analfabetos (São Paulo/SP).

A metade deles, ou seja, 121 municípios têm até 129 mil habitantes. Nesse grupo de 242 municípios com mais de 10 mil analfabetos estão grandes centros urbanos e todos os municípios das capitais.

Em termos relativos, as maiores taxas de analfabetismo estão em municípios localizados nas Regiões Norte e Nordeste. Esse quadro é preocupante em função das baixas condições socioeconômicas dessas localidades que, diante de suas características, promovem a manutenção dessa situação de exclusão social.

As análises estatísticas dos 5.507 municípios brasileiros recenseados em 2000 mostram que existe forte correlação entre a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais e a taxa de freqüência à escola.

Assim, o município brasileiro cuja população de 15 anos ou mais possui o mais elevado número médio de séries concluídas é Niterói/RJ e sua taxa de analfabetismo é de apenas 3,6%.

Tabela 7 – Os dez primeiros municípios cuja população de 15 anos ou mais tem, em média, os maiores índices de anos de estudo – 2000

	Município	População	Taxa de Analfab. de 15 anos ou mais	Nº Médio de Séries Concluídas
1º	Niterói/RJ	459.451	3,6	9,5
2º	Florianópolis/SC	342.315	3,6	9,2
3º	Vitória/ES	292.304	4,6	9,0
4º	Porto Alegre/RS	1.360.590	3,5	9,0
5º	São Caetano do Sul/SP	140.159	3,0	8,9
6º	Santos/SP	417.983	3,6	8,9
7º	Balneário Camboriú/SC	73.455	3,0	8,7
8º	Águas de São Pedro/SP	1.883	2,9	8,6
9º	Curitiba/PR	1.587.315	3,4	8,6
10º	Rio de Janeiro/RJ	5.857.904	4,4	8,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Por outro lado, a população do município de Guaribas/PI tem, em média, 1,1 série concluída, uma taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de 59% e uma taxa de analfabetismo funcional de 92,7%.

Tabela 8 – Os dez últimos municípios cuja população de 15 anos ou mais tem, em média, os menores índices de anos de estudo – 2000

	Município	População	Taxa de Analfab. de 15 anos ou mais	Nº Médio de Séries Concluidas
1º	Guaribas/PI	4.814	59,0	1,1
2º	Jordão/AC	4.454	60,7	1,2
3º	Santa Rosa do Purus/AC	2.246	56,8	1,5
4º	Caxingó/PI	4.147	56,4	1,6
5º	Caraúbas do Piauí/PI	4.809	59,8	1,6
6º	Cocal dos Alves/PI	5.155	52,8	1,6
7º	Damião/PB	3.645	48,8	1,7
8º	Campo Alegre do Fidalgo/ PI	4.451	44,2	1,7
9º	Curral de Cima/PB	5.323	55,3	1,7
10º	Melgaço/PA	21.064	41,9	1,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Em 1.796 municípios, a escolarização média da população de 15 anos ou mais é inferior a quatro séries concluídas, ou seja, estão na condição de analfabetos funcionais. Dos 5.507 municípios brasileiros apenas 19 asseguram à sua população uma escolarização média que corresponda ao ensino fundamental completo (oito séries concluídas).

A distribuição pelas faixas etárias

O analfabetismo atinge praticamente todas as faixas etárias, obviamente com intensidades diferentes como mostra a Tabela 9. São populações com perfis e expectativas diferentes e, por isso mesmo, o analfabetismo deve ser combatido com diferentes estratégias. Na faixa etária de 10 a 19 anos, vemos o fracasso recente do sistema educacional brasileiro, ou seja, 7,4% são analfabetos. Ora, estes jovens ou ainda estão na escola, ou por ela já passaram, o que mostra que nosso sistema educacional continua ainda a produzir analfabetos. Houve, sim, avanços, mas ainda não fomos capazes de fechar a torneira do analfabetismo.

Tabela 9 – Taxa de analfabetismo por faixa etária – Brasil 1996/2001

Faixa Etária	Ano		
	1996	1998	2001
10 a 14	8,3	6,9	4,2
15 a 19	6,0	4,8	3,2
20 a 29	7,6	6,9	6,0
30 a 44	11,1	10,8	9,5
45 a 59	21,9	20,1	17,6
60 e mais	37,4	35,9	34,0

Fonte: IBGE, Pnads 1995, 1998 e 2001.
Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

É doloroso constatar que, no Brasil, 35% dos analfabetos já freqüentaram a escola. As razões para o fracasso do País na alfabetização de seus jovens são várias: escola de baixa qualidade, em especial nas regiões mais pobres do País e nos bairros mais pobres das grandes cidades; trabalho precoce; baixa escolarização dos pais; despreparo da rede de ensino para lidar com essa população. O mais preocupante é que, a despeito dos avanços conquistados, ainda observamos o baixo desempenho dos sistemas de ensino, caracterizado pelas baixas taxas de sucesso escolar, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade e o que é pior, atingindo as crianças mais jovens como aponta a Tabela 10.

Tabela 10 – Indicadores de desempenho no ensino fundamental – Brasil 2001

Unidade Geográfica	Tempo Médio Esperado de Permanência	Número Médio Esperado de Séries Concluídas	Porcentual Esperado de Concluintes
Brasil	8,5	6,8	62,4
Norte	8,4	6,0	42,3
Nordeste	8,8	6,2	50,0
Sudeste	8,1	7,3	73,5
Sul	8,4	7,1	69,2
Centro-Oeste	8,4	6,6	55,0

Fonte: MEC/Inep

Pela Tabela, constata-se que, apesar do tempo médio de permanência esperado no ensino fundamental para as crianças que o freqüentam já ser superior a oito anos em todas as regiões do País, o que permitiria, se tivéssemos uma escola de qualidade, que todos concluíssem este nível de ensino, apenas dois terços, provavelmente, conseguirá fazê-lo.
Voltando ainda à Tabela 9, os seus dados mostram que, em face da dispersão da taxa de analfabetismo entre as faixas de idade, estratégias específicas devem ser tomadas para cada segmento etário. Além disto, independentemente da faixa etária, o que os trabalhos na área mostram é que os alunos recém-alfabetizados devem ser imediatamente encaminhados para o ensino regular para evitar uma das características mais comuns em programas de alfabetização em massa: o retorno à condição de analfabeto em curto prazo de tempo. Retomamos aqui a idéia de que o aumento da escolaridade da população é tão importante quanto a abolição do analfabetismo e com ele se articula.

Analfabetismo e gênero

Ao contrário de outros países, no Brasil o analfabetismo entre as mulheres é praticamente o mesmo que entre os homens. Como mostra o Gráfico 4, 12,4% dos homens de 15 anos ou mais são analfabetos e 12,3 entre as mulheres na mesma faixa etária. Quanto às diferenças regionais, constata-se que há mais analfabetos entre as mulheres nas Regiões Sul e Sudeste.

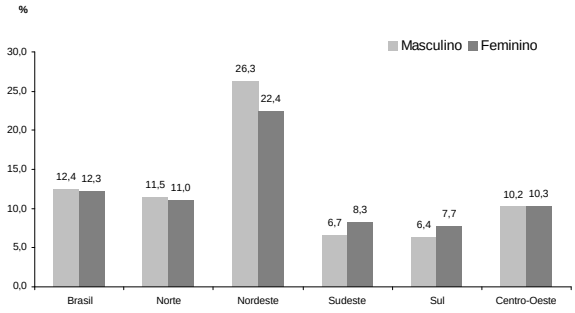


Gráfico 4 – Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos e mais por Gênero – 2001

Fonte: IBGE, Pnad de 2001.
Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Aliás, no que se refere à questão do gênero, as mulheres, no Brasil, já ocupam a maior parte das matrículas nos diferentes níveis de ensino, com especial destaque no ensino superior, conforme aponta o Gráfico 5.

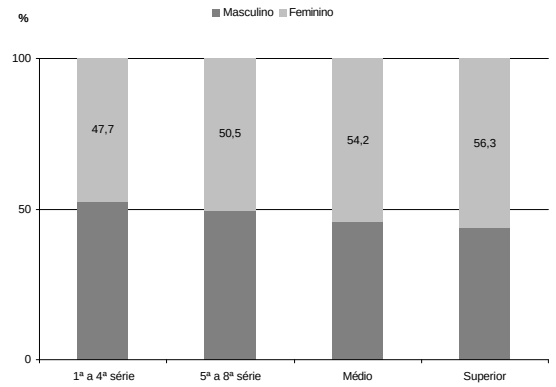


Gráfico 5 – Distribuição percentual da matrícula por gênero, segundo o nível de ensino – Brasil – 2002
Fonte: MEC/Inep

Analfabetismo e Renda

Em um país que apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, onde a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que aquela dos 20% mais pobres, a distribuição da educação e do analfabetismo não poderia ser diferente. A Tabela 11 é um retrato nu e cru destas disparidades. Assim, para o País como um todo, enquanto a taxa de analfabetismo nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos é de apenas 1,4%, naqueles cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de quase 29%. No Nordeste, essa situação é mais dramática: a taxa de analfabetismo das famílias mais pobres é vinte vezes maior que aquela das famílias mais ricas.

Tabela 11 – Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais por rendimento domiciliar segundo a unidade da Federação – 2001

Unidade Geográfica	Rendimento Domiciliar em Salário Mínimo Corrente[1][2]					
	Total	Até 1	Mais de 1 até 3	Mais de 3 até 5	Mais de 5 até 10	Mais de 10
Brasil	12,4	28,8	19,7	9,7	4,7	1,4
Norte	11,2	22,6	15,5	9,9	5,0	2,0
Nordeste	24,3	36,8	29,3	17,2	8,4	1,8
Sudeste	7,5	20,0	13,5	7,5	4,0	1,5
Sul	7,1	19,5	12,4	5,9	3,6	0,8
Centro-Oeste	10,2	23,3	15,3	8,9	5,0	1,4

Fonte: IBGE, Pnad 2001.
Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
(1) Salário mínimo em 2001 = R$180,00.
(2) O cálculo destas taxas não levou em consideração as informações com renda não declarada.

Distribuição de renda e de educação são duas ações que caminham juntas. Políticas estruturais de distribuição de renda (como a reforma agrária) assim como as emergenciais (como os programas de renda mínima) aumentam as chances de permanência das crianças e jovens nas escolas. Por sua vez, crianças e jovens com maior escolaridade passam a ocupar empregos mais bem remunerados. Os ganhos sociais advindos de ações dessa natureza, com certeza, trarão impactos muito positivos na sociedade brasileira.

O Brasil precisa e pode construir uma escola com infra-estrutura adequada, capacitar os docentes, pagar-lhes salários justos, ampliar a duração dos turnos até chegar a uma escola de período integral, buscar e levar os seus alunos na escola, alimentá-los com dignidade, dar-lhes renda suplementar, enfim, implantar uma pedagogia de resgate e promoção da cidadania. Não é possível conviver passivamente com a terrível constatação de que 59% dos alunos de 4ª série do ensino fundamental não apresentam habilidades de leitura compatíveis com o nível de letramento apropriado para concluintes desta série. Pior, não apresentam habilidades de leitura suficientes que os tornem aptos a continuarem seus estudos no segundo segmento deste nível de ensino. Enfim, são também analfabetos, uma vez que não usam a linguagem escrita como elemento essencial de sua vida.

Os alfabetizadores

Qualquer programa que tenha como foco a erradicação definitiva do analfabetismo do País deve priorizar um elemento que é central para o seu sucesso: a qualificação dos alfabetizadores. O descuido com esse aspecto ajuda a entender o fracasso de boa parte dos programas de alfabetização em massa que marcam a história do País. Ao contrário do que possa parecer, alfabetizar um jovem, ou adulto, que já traz uma, ou várias experiências de fracasso na sua vivência escolar, não é tarefa simples, que possa ser executada por qualquer pessoa sem a devida qualificação e preparação.

O Brasil possui cerca de 49 mil professores atuando no primeiro ciclo do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, outros cerca de 800 mil no primeiro ciclo do ensino fundamental regular e mais de 700 mil atuando no segundo ciclo do ensino fundamental regular. Qualquer programa de combate ao analfabetismo não pode prescindir desse verdadeiro batalhão de professores que facilmente pode vir a se tornar um batalhão de alfabetizadores.

Um programa de alfabetização que se organizasse com um ciclo semestral, prazo em que alfabetizaria e deixaria o educando atendido em condições de reingressar nos sistemas de ensino, e que tivesse por meta erradicar o analfabetismo em quatro anos, exigiria cerca de 200 mil alfabetizadores (supondo turmas de 10 alunos). Ora, trata-se de

um número, embora avantajado, absolutamente realista, em especial considerando que as matrículas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental estão em queda no País, liberando salas e docentes.

Aliás, uma medida que se tem mostrado bastante eficaz em experiências distribuídas ao longo do País é a de utilizar, no período noturno, as salas de aula das escolas de ensino fundamental para alfabetização, mesmo porque boa parte de seus usuários será formada pelos pais dos alunos que já estudam nessas escolas. Dessa forma, fortalece-se o vínculo escola-comunidade, elemento central para o sucesso escolar dos educandos.

A valorização desses professores em um programa de alfabetização, inclusive com formação e remuneração complementar, será decisiva para o sucesso do programa, principalmente pela experiência pedagógica já acumulada por esses profissionais.

Considerações finais

Este texto, ao introduzir os indicadores gerais sobre o analfabetismo no País, parte do pressuposto de que, se sabemos onde estamos e o que temos, é mais fácil saber para onde vamos e com que meios, otimizando os recursos e maximizando os resultados.

Os dados mostram que, tão antigas quanto o analfabetismo no País, são as tentativas de erradicá-lo. Assim, podemos citar, entre outros: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947, Governo Eurico Gaspar Dutra); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, Governo Juscelino Kubitschek); Movimento de Educação de Base (1961, criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB); Programa Nacional de Alfabetização, valendo-se do método Paulo Freire (1964, Governo João Goulart); Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (1968-1978, Governos da Ditadura Militar); Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos-Educar (1985, Governo José Sarney); Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania-Pnac (1990, Governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada, em 1993, pelo Brasil em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, Governo Itamar Franco); e, finalmente, o Programa de Alfabetização Solidária (1997, Governo Fernando Henrique Cardoso).

Esse grande número de experiências nos indica que a erradicação do analfabetismo é uma meta factível, mas que exigirá um grande esforço nacional, a exemplo do que ocorreu em outros países, inclusive mais pobres que o Brasil e que conseguiram extingui-lo.

Hoje, em todo o país, há um grande número de experiências que se valem de variadas metodologias e que têm, com sucesso, alfabetizado seus jovens e adultos e construído uma escola que não seja uma fábrica de futuros analfabetos.

Sempre há e sempre houve disposição da população para engajar-se nos programas de alfabetização; o que faltou muitas vezes foram programas de qualidade, claramente delineados para seus diferentes perfis, e com o nível de profissionalização que se espera de qualquer atividade. Nesta área, improvisação geralmente redunda em fracasso como a nossa própria experiência nos ensina. E aqui, nunca é demais relembrar o Mobral, que pretendeu erradicar o analfabetismo, a baixo custo, no período da ditadura militar e que foi um retumbante fracasso.

O Brasil é um país que, graças à difusão do método criado por Paulo Freire, nas décadas de 1960 e 1970, ajudou a erradicar o analfabetismo no mundo. Infelizmente, neste mesmo período, esse educador era proibido de ajudar a combater o analfabetismo no seu próprio País, exilado que foi pela ditadura militar que via em seu método, um elemento de subversão da ordem estabelecida. De fato, uma educação verdadeira é sempre libertadora e, portanto, é uma ameaça aos ditadores, aos que temem a liberdade e a democracia. Contudo, fora dela não há saída, se queremos, de fato, construir uma nação civilizada e mais justa e igualitária. Concluímos com nosso mestre:

> O importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não "bancária", é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros." (Freire, 1987, p. 120)

Referências bibliográficas

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil, 1500-1889.* São Paulo: Ed. da PUC; Brasília: MEC-Inep 2000, Edição original em francês de 1889.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Primeira edição de 1970.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio.* 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

Autores: *José Marcelino de Rezende Pinto, Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira Brant, Carlos Eduardo Moreno Sampaio e Ana Roberta Pati Pascom.*

Colaboradores: Equipe técnica da CGSIIE/DTDIE/INEP

ANEXO I

Tabela 1A – Caracterização educacional da unidade da Federação – 1996

Analfabetismo

(Números absolutos em 1.000)

Unidade da Federação	População residente de 15 anos ou mais	População analfabeta			Analfabetos funcionais de 15 anos ou mais [1]	
		15 anos ou mais	15 a 19 anos	60 anos ou mais	Total	Taxa
Brasil	106.169	15.560	985	4.955	34.561	32,6
Norte	4.708	584	33	178	1.530	32,5
Rondônia	546	41	2	9	157	28,7
Acre	196	35	2	8	63	31,9
Amazonas	1.122	105	5	38	311	27,7
Roraima	117	8	-	4	27	23,5
Pará	1.911	237	16	73	630	33,0
Amapá	184	24	2	8	54	29,4
Tocantins	633	134	7	38	289	45,6
Nordeste	29.456	8.461	754	2.247	14.742	50,0
Maranhão	3.184	1.054	105	248	1.801	56,6
Piauí	1.761	606	74	139	962	54,6
Ceará	4.351	1.348	124	347	2.249	51,7
R. G. do Norte	1.735	493	30	141	752	43,4
Paraíba	2.256	707	61	202	1.118	49,5
Pernambuco	5.038	1.319	98	369	2.169	43,1
Alagoas	1.726	624	86	127	902	52,2
Sergipe	1.068	268	25	64	485	45,4
Bahia	8.335	2.042	151	610	4.304	51,6
Sudeste	48.369	4.227	125	1.700	11.944	24,7
Minas Gerais	11.614	1.493	48	564	3.783	32,6
Espírito Santo	1.954	274	11	94	588	30,1
Rio de Janeiro	9.969	633	21	240	2.070	20,8
São Paulo	24.832	1.827	44	802	5.503	22,2
Sul	16.511	1.463	45	573	4.165	25,2
Paraná	6.072	709	21	272	1.910	31,5
Santa Catarina	3.420	249	6	104	756	22,1
R. G. do Sul	7.019	505	18	198	1.499	21,4
Centro-Oeste	7.127	825	29	256	2.180	30,6
M. G. do Sul	1.314	163	7	51	436	33,2
Mato Grosso	1.589	190	7	50	526	33,1
Goiás	2.998	396	13	136	1.010	33,7
Distrito Federal	1.226	77	2	19	209	17,1

Fonte: IBGE, Pnad 1996.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) São considerados analfabetos funcionais aqueles com menos de quatro anos de estudo (séries concluídas).

Tabela 1B – Caracterização educacional da unidade da Federação - 1998

Analfabetismo

(Números absolutos em 1.000)

Unidade da Federação	População residente de 15 anos ou mais	População Analfabeta			Analfabetos funcionais de 15 anos ou mais (1)	
		15 anos ou mais	15 a 19 anos	60 anos ou mais	Total	Taxa
Brasil	110.723	15.261	808	4.998	33.807	30,5
Norte	5.024	634	29	192	1.591	31,7
Rondônia	542	41	1	12	124	22,9
Acre	218	31	1	10	59	27,1
Amazonas	1.192	101	3	40	321	26,9
Roraima	121	10	-	3	28	23,3
Pará	2.004	273	17	79	682	34,0
Amapá	236	22	1	8	58	24,6
Tocantins	711	156	6	41	318	44,8
Nordeste	30.151	8.286	624	2.249	14.410	47,8
Maranhão	3.274	971	69	280	1.736	53,0
Piauí	1.779	608	50	155	981	55,2
Ceará	4.522	1.336	90	362	2.194	48,5
R. G. do Norte	1.758	468	42	121	751	42,7
Paraíba	2.259	648	47	189	1.034	45,8
Pernambuco	5.120	1.249	84	351	2.095	40,9
Alagoas	1.767	613	70	138	887	50,2
Sergipe	1.125	270	19	66	482	42,9
Bahia	8.547	2.124	153	588	4.250	49,7
Sudeste	50.535	4.084	96	1.718	11.688	23,1
Minas Gerais	11.965	1.503	46	614	3.684	30,8
Espírito Santo	1.999	240	6	83	565	28,3
Rio de Janeiro	10.330	613	16	239	2.162	20,9
São Paulo	26.241	1.728	27	782	5.276	20,1
Sul	17.310	1.401	32	560	4.015	23,2
Paraná	6.530	680	17	254	1.845	28,3
Santa Catarina	3.554	229	1	96	712	20,0
R. G. do Sul	7.226	493	15	210	1.457	20,2
Centro-Oeste	7.702	854	27	278	2.104	27,3
M. G. do Sul	1.378	163	7	60	397	28,8
Mato Grosso	1.609	181	5	54	478	29,7
Goiás	3.335	434	12	144	1.021	30,6
Distrito Federal	1.380	78	2	19	208	15,1

Fonte: IBGE, Pnad 1998.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) São considerados analfabetos funcionais aqueles com menos de quatro anos de estudo (séries concluídas).

Tabela 1C – Caracterização educacional da unidade da Federação – 2001

Analfabetismo

(Números absolutos em 1.000)

Unidade da Federação	População residente de 15 anos ou mais	População analfabeta			Analfabetos funcionais de 15 anos ou mais [1]	
		15 anos ou mais	15 a 19 anos	60 anos ou mais	Total	Taxa
Brasil	121.011	14.954	559	5.211	33.067	27,3
Norte	6.456	725	39	226	1.765	27,3
Rondônia	612	62	1	23	171	28,0
Acre	246	41	2	11	74	30,2
Amazonas	1.428	111	7	33	303	21,2
Roraima	176	20	1	6	56	31,6
Pará	2.874	321	22	89	819	28,5
Amapá	327	23	0	11	54	16,5
Tocantins	792	147	6	52	288	36,3
Nordeste	32.767	7.946	395	2.339	14.032	42,8
Maranhão	3.655	855	52	244	1.637	44,8
Piauí	1.949	573	29	162	971	49,8
Ceará	5.071	1.258	55	362	2.107	41,6
R. G. do Norte	1.968	476	19	145	733	37,2
Paraíba	2.386	648	34	211	1.125	47,1
Pernambuco	5.525	1.214	71	343	2.076	37,6
Alagoas	1.906	583	32	142	957	50,2
Sergipe	1.230	264	12	71	469	38,1
Bahia	9.077	2.075	91	660	3.958	43,6
Sudeste	54.677	4.100	79	1.759	11.132	20,4
Minas Gerais	13.163	1.537	27	637	3.481	26,4
Espírito Santo	2.229	255	8	89	552	24,8
Rio de Janeiro	11.027	618	18	275	2.041	18,5
São Paulo	28.258	1.690	27	759	5.059	17,9
Sul	18.696	1.323	29	580	3.956	21,2
Paraná	6.997	605	15	250	1.777	25,4
Santa Catarina	4.042	240	3	110	727	18,0
R. G. do Sul	7.657	478	11	221	1.451	19,0
Centro-Oeste	8.415	860	17	307	2.182	25,9
M. G. do Sul	1.492	153	4	70	409	27,4
Mato Grosso	1.782	199	4	56	535	30,0
Goiás	3.645	425	8	157	1.012	27,8
Distrito Federal	1.496	83	2	23	226	15,1

Fonte: IBGE, Pnad 2001.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) São considerados analfabetos funcionais aqueles com menos de quatro anos de estudo (séries concluídas).

Tabela 2A – Caracterização educacional da unidade da Federação – 1996
Escolarização e atendimento escolar

Unidade da Federação	Média de anos de estudos da população de 15 anos ou mais (1)	Taxa de freqüência à escola por faixa etária	
		4 a 6	7 a 14
Brasil	5,8	53,8	91,2
Norte	5,7	52,6	91,6
Rondônia	6,0	53,8	92,7
Acre	6,0	60,0	92,0
Amazonas	6,1	55,6	91,1
Roraima	6,5	53,3	97,2
Pará	5,6	55,4	91,8
Amapá	5,9	46,8	94,2
Tocantins	4,5	38,9	89,2
Nordeste	4,3	56,2	86,4
Maranhão	3,8	57,4	85,6
Piauí	3,8	62,3	85,6
Ceará	4,1	61,1	87,6
R. G. do Norte	4,9	61,5	88,0
Paraíba	4,4	54,6	88,9
Pernambuco	4,9	58,3	85,6
Alagoas	4,2	42,7	75,1
Sergipe	4,7	66,8	87,0
Bahia	4,2	51,5	88,3
Sudeste	6,5	56,2	94,1
Minas Gerais	5,5	46,7	92,5
Espírito Santo	5,7	55,2	90,8
Rio de Janeiro	7,2	68,9	93,7
São Paulo	6,7	56,9	95,5
Sul	6,1	46,0	93,6
Paraná	5,7	44,0	92,0
Santa Catarina	6,1	54,2	94,5
R. G. do Sul	6,5	43,3	94,8
Centro-Oeste	5,9	46,9	92,9
M. G. do Sul	5,7	43,6	91,4
Mato Grosso	5,4	40,8	91,1
Goiás	5,5	46,8	93,4
Distrito Federal	7,8	60,1	96,2

Fonte: IBGE, Pnad 1996.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Indica o número médio de séries concluídas da população de 15 anos ou mais.

Tabela 2B – Caracterização educacional da unidade da Federação – 1998
Escolarização e atendimento escolar

Unidade da Federação	Média de anos de estudos da população de 15 anos ou mais (1)	Taxa de freqüência à escola por faixa etária (em anos)	
		4 a 6	7 a 14
Brasil	6,0	58,0	94,7
Norte	5,9	54,9	94,4
Rondônia	6,5	50,0	97,0
Acre	6,7	52,8	89,7
Amazonas	6,3	54,6	94,1
Roraima	6,7	64,4	98,3
Pará	5,6	60,0	93,7
Amapá	6,4	44,3	96,5
Tocantins	4,6	47,3	95,1
Nordeste	4,5	64,0	92,3
Maranhão	4,1	61,1	92,7
Piauí	3,9	68,1	93,6
Ceará	4,4	71,5	94,3
R. G. do Norte	5,0	67,9	92,7
Paraíba	4,9	69,4	94,4
Pernambuco	5,1	64,8	91,5
Alagoas	4,3	56,8	84,6
Sergipe	5,0	71,9	94,0
Bahia	4,4	58,2	91,8
Sudeste	6,8	58,1	96,2
Minas Gerais	5,7	53,6	95,4
Espírito Santo	5,9	45,5	92,7
Rio de Janeiro	7,3	69,6	95,4
São Paulo	7,2	57,6	97,3
Sul	6,4	48,9	95,8
Paraná	6,1	46,7	95,2
Santa Catarina	6,3	64,0	96,0
R. G. do Sul	6,7	43,5	96,4
Centro-Oeste	6,3	49,5	95,8
M. G. do Sul	6,0	45,0	94,6
Mato Grosso	5,9	44,0	95,6
Goiás	5,8	50,8	95,6
Distrito Federal	8,2	59,0	97,7

Fonte: IBGE, Pnad 1998.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Indica o número médio de séries concluídas da população de 15 anos ou mais.

Tabela 2C – Caracterização educacional da unidade da Federação – 2001
Escolarização e atendimento escolar

Unidade da Federação	Média de anos de estudos da população de 15 anos ou mais (1)	Taxa de freqüência à escola por faixa etária (em anos)	
		4 a 6	7 a 14
Brasil	6,4	65,6	96,5
Norte	6,3	60,1	95,2
Rondônia	6,1	53,3	94,3
Acre	6,2	55,0	95,4
Amazonas	6,8	54,2	95,3
Roraima	5,9	72,3	97,0
Pará	6,2	68,6	95,1
Amapá	7,6	52,5	99,4
Tocantins	5,4	47,5	95,0
Nordeste	4,9	70,5	95,2
Maranhão	4,6	68,5	95,0
Piauí	4,5	71,7	96,5
Ceará	4,9	79,5	95,8
R. G. do Norte	5,5	75,7	95,7
Paraíba	4,7	69,7	96,3
Pernambuco	5,4	68,1	94,1
Alagoas	4,2	66,4	92,8
Sergipe	5,4	75,1	96,1
Bahia	4,9	66,8	95,4
Sudeste	7,2	68,2	97,4
Minas Gerais	6,3	62,9	97,0
Espírito Santo	6,5	62,8	95,8
Rio de Janeiro	7,6	74,4	96,8
São Paulo	7,6	69,1	98,0
Sul	6,8	55,3	97,0
Paraná	6,7	55,3	96,5
Santa Catarina	6,9	69,0	98,1
R. G. do Sul	6,9	47,5	97,0
Centro-Oeste	6,6	54,5	97,1
M. G. do Sul	6,4	51,8	97,4
Mato Grosso	6,1	50,8	96,7
Goiás	6,2	53,2	97,1
Distrito Federal	8,4	65,1	97,5

Fonte: IBGE, Pnad 2001.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Indica o número médio de séries concluídas da população de 15 anos ou mais.

Tabela 3A – Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais por gênero, raça e localização segundo a unidade da Federação – 1996

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais						
	Total	Gênero		Raça (1)		Localização	
		Masculino	Feminino	Branca e Amarela	Parda e Negra	Urbana	Rural
Brasil	14,7	14,5	14,8	9,3	20,4	10,7	31,2
Norte	12,4	12,1	12,7	8,4	12,7	11,6	-
Rondônia	7,6	6,6	8,5	4,3	8,8	7,6	-
Acre	17,7	19,2	16,4	11,9	18,4	17,7	-
Amazonas	9,3	9,7	9,0	4,9	9,4	9,3	-
Roraima	7,2	6,3	8,1	4,9	6,3	7,2	-
Pará	12,4	12,1	12,7	8,7	12,9	12,4	-
Amapá	13,0	10,1	15,6	15,0	10,7	13,0	-
Tocantins	21,2	20,5	21,9	16,3	20,3	17,1	28,9
Nordeste	28,7	31,1	26,6	22,2	30,1	20,3	44,9
Maranhão	33,1	36,8	29,6	21,7	35,0	23,0	41,8
Piauí	34,4	38,5	30,8	21,0	37,2	24,7	49,2
Ceará	31,0	36,7	25,8	21,9	33,2	22,1	49,3
R. G. do Norte	28,4	32,9	24,4	21,2	31,4	21,1	43,1
Paraíba	31,4	35,4	27,9	26,4	33,3	22,7	49,0
Pernambuco	26,2	27,9	24,7	21,2	27,7	20,5	47,2
Alagoas	36,2	36,9	35,5	29,5	40,6	27,4	53,1
Sergipe	25,1	27,2	23,3	21,6	23,9	16,3	49,6
Bahia	24,5	24,1	24,9	19,6	24,3	16,0	40,0
Sudeste	8,7	7,5	9,9	6,6	11,7	7,4	19,8
Minas Gerais	12,9	11,8	13,8	8,9	15,6	9,6	24,5
Espírito Santo	14,0	12,6	15,4	9,8	16,5	12,0	20,3
Rio de Janeiro	6,4	5,6	7,0	4,8	8,0	5,6	22,6
São Paulo	7,4	5,8	8,8	6,2	9,9	7,1	11,2
Sul	8,9	7,8	9,9	7,6	14,8	7,6	13,4
Paraná	11,7	9,6	13,6	9,8	16,7	10,1	18,0
Santa Catarina	7,3	6,7	7,9	6,7	12,6	6,0	10,6
R. G. do Sul	7,2	6,8	7,6	6,4	12,6	6,1	11,3
Centro-Oeste	11,6	11,3	11,8	8,3	12,8	9,6	20,6
M. G. do Sul	12,4	12,7	12,1	9,9	13,6	10,7	21,3
Mato Grosso	11,9	10,9	13,0	7,9	13,1	8,8	22,0
Goiás	13,2	13,0	13,4	9,3	14,7	11,1	22,7
Distrito Federal	6,3	6,3	6,2	4,4	7,0	5,9	9,1

Fonte: IBGE, Pnad 1996.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Exclusive a população indígena.

Tabela 3B – Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais por gênero, raça e localização segundo a unidade da Federação – 1998

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais						
	Total	Gênero		Raça [1]		Localização	
		Masculino	Feminino	Branca e Amarela	Parda e Negra	Urbana	Rural
Brasil	13,8	13,8	13,8	8,4	19,2	10,0	30,2
Norte	12,6	13,0	12,3	8,1	13,2	11,7	-
Rondônia	7,6	6,5	8,6	4,8	8,5	7,6	-
Acre	14,4	15,2	13,7	8,2	15,7	14,4	-
Amazonas	8,5	7,3	9,5	7,2	8,1	8,5	-
Roraima	8,3	8,5	8,1	2,0	9,7	8,3	-
Pará	13,6	14,7	12,6	7,5	14,7	13,6	-
Amapá	9,1	8,3	10,0	9,0	8,2	9,1	-
Tocantins	22,0	23,2	20,7	16,8	20,6	17,5	30,9
Nordeste	27,5	29,9	25,3	20,3	28,7	19,4	42,9
Maranhão	29,6	32,6	26,8	20,7	30,8	21,4	36,2
Piauí	34,2	36,7	31,9	22,7	35,9	23,3	51,1
Ceará	29,6	34,3	25,3	21,2	30,8	21,2	48,9
R. G. do Norte	26,6	32,2	21,4	18,5	29,2	21,0	38,4
Paraíba	28,7	33,2	24,7	23,3	29,5	20,6	45,8
Pernambuco	24,4	25,7	23,2	18,4	26,6	19,2	43,0
Alagoas	34,7	36,5	33,0	26,1	39,1	25,4	53,4
Sergipe	24,0	26,2	22,0	15,2	24,4	16,0	44,7
Bahia	24,9	25,3	24,4	18,7	24,8	15,9	40,4
Sudeste	8,1	7,0	9,1	5,9	11,1	6,7	20,0
Minas Gerais	12,6	12,0	13,1	8,6	15,2	9,3	24,0
Espírito Santo	12,0	11,3	12,8	8,9	13,0	9,5	20,3
Rio de Janeiro	5,9	4,8	6,9	4,0	8,4	5,2	21,3
São Paulo	6,6	5,2	7,9	5,4	9,0	6,1	13,3
Sul	8,1	7,1	9,0	6,8	13,0	6,8	12,9
Paraná	10,4	8,6	12,1	8,5	14,8	8,8	17,0
Santa Catarina	6,4	6,1	6,7	5,6	12,8	4,9	10,9
R. G. do Sul	6,8	6,2	7,4	6,0	10,5	5,9	10,5
Centro-Oeste	11,1	11,1	11,1	7,7	12,4	9,2	20,0
M. G. do Sul	11,8	10,0	13,5	8,6	12,8	10,2	20,2
Mato Grosso	11,2	11,4	11,1	6,2	12,7	9,0	18,3
Goiás	13,0	13,7	12,4	9,6	14,4	10,6	23,5
Distrito Federal	5,6	5,4	5,8	3,4	6,9	5,1	10,0

Fonte: IBGE, Pnad 1996.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Exclusive a população indígena.

Tabela 3C – Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais por gênero, raça e localização segundo a unidade da Federação – 2001

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais						
	Total	Gênero		Raça [1]		Localização	
		Masculino	Feminino	Branca e Amarela	Parda e Negra	Urbana	Rural
Brasil	12,4	12,4	12,3	7,7	16,6	9,5	28,7
Norte	11,2	11,5	11,0	7,9	11,5	10,5	-
Rondônia	10,2	9,4	11,0	8,2	10,0	10,2	-
Acre	16,7	16,6	16,9	14,4	15,2	16,7	-
Amazonas	7,7	7,9	7,6	5,8	7,8	7,7	-
Roraima	11,5	11,8	11,2	8,2	10,8	11,5	-
Pará	11,2	11,6	10,7	7,3	11,7	11,2	-
Amapá	7,2	7,3	7,0	3,8	7,4	7,2	-
Tocantins	18,5	18,8	18,2	13,8	18,5	13,7	31,0
Nordeste	24,3	26,3	22,4	19,0	24,1	18,0	40,7
Maranhão	23,4	25,8	21,1	19,0	22,5	18,1	34,7
Piauí	29,4	32,4	26,7	22,5	29,5	18,8	49,2
Ceará	24,8	28,5	21,5	18,8	25,1	19,1	43,0
R. G. do Norte	24,2	27,3	21,3	18,1	25,9	18,9	39,8
Paraíba	27,2	30,7	23,9	20,5	28,1	22,4	42,2
Pernambuco	22,0	23,3	20,8	17,2	23,1	16,4	40,5
Alagoas	30,6	32,4	28,9	22,7	30,9	23,3	47,3
Sergipe	21,4	23,7	19,5	11,7	22,3	16,0	43,8
Bahia	22,9	23,4	22,3	20,1	21,3	15,7	38,6
Sudeste	7,5	6,7	8,3	5,4	10,4	6,4	19,6
Minas Gerais	11,7	11,3	12,1	8,1	14,1	9,1	25,3
Espírito Santo	11,5	10,9	12,0	7,8	13,0	9,7	18,9
Rio de Janeiro	5,6	4,7	6,4	4,0	7,6	5,2	17,5
São Paulo	6,0	4,9	7,0	4,8	8,3	5,6	12,3
Sul	7,1	6,4	7,7	5,8	12,8	6,0	11,9
Paraná	8,6	6,9	10,3	6,6	14,0	7,5	14,3
Santa Catarina	5,9	6,1	5,8	5,4	11,5	5,0	10,2
R. G. do Sul	6,3	6,1	6,4	5,4	11,2	5,2	10,8
Centro-Oeste	10,2	10,2	10,3	7,1	11,3	9,0	18,4
M. G. do Sul	10,3	9,1	11,3	7,7	11,7	9,8	13,2
Mato Grosso	11,2	11,6	10,7	6,7	11,9	9,1	19,1
Goiás	11,7	11,7	11,6	8,3	12,8	10,4	20,7
Distrito Federal	5,5	5,4	5,6	3,6	6,4	5,2	13,8

Fonte: IBGE, Pnad 1996.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Exclusive a população indígena.

Tabela 4A – Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais por rendimento domiciliar segundo a unidade da Federação – 1996

Unidade da Federação	Total	Rendimento domiciliar em salário mínimo corrente (%) [1] [2]				
		Até 1 SM	Mais de 1 até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Brasil	14,7	34,9	26,6	14,8	7,4	2,4
Norte	12,4	24,5	18,7	13,2	8,7	2,8
Rondônia	7,6	15,5	11,8	9,6	5,0	1,5
Acre	17,7	24,5	31,5	26,1	6,9	4,0
Amazonas	9,3	14,5	14,8	11,8	10,0	2,2
Roraima	7,2	33,3	19,1	9,7	3,9	3,5
Pará	12,4	21,3	19,0	12,8	8,4	1,9
Amapá	13,0	25,0	16,5	17,7	11,4	9,0
Tocantins	21,2	35,5	25,3	14,5	11,3	4,6
Nordeste	28,7	44,5	37,8	24,2	12,5	4,3
Maranhão	33,1	46,5	43,2	22,1	13,8	7,7
Piauí	34,4	51,2	39,6	28,3	12,3	6,6
Ceará	31,0	45,5	40,0	25,6	13,3	3,3
R. G. do Norte	28,4	45,9	36,7	31,8	15,2	4,1
Paraíba	31,4	47,7	41,9	25,6	15,4	4,7
Pernambuco	26,2	46,4	35,0	22,5	13,4	4,8
Alagoas	36,2	53,9	47,8	36,1	11,8	4,7
Sergipe	25,1	40,5	36,4	20,6	13,3	4,2
Bahia	24,5	38,4	32,0	19,6	9,9	2,9
Sudeste	8,7	23,4	18,5	11,2	6,6	2,3
Minas Gerais	12,9	29,9	20,5	13,0	7,6	2,1
Espírito Santo	14,0	27,2	22,8	15,1	8,7	2,9
Rio de Janeiro	6,4	15,8	14,4	8,4	4,3	1,5
São Paulo	7,4	20,0	18,1	11,1	6,9	2,5
Sul	8,9	24,1	17,6	9,8	4,9	1,7
Paraná	11,7	31,1	20,8	12,9	6,7	1,7
Santa Catarina	7,3	19,0	15,4	8,9	4,5	1,8
R. G. do Sul	7,2	20,1	15,1	7,4	3,5	1,6
Centro-Oeste	11,6	26,0	18,9	12,4	6,7	2,5
M. G. do Sul	12,4	26,6	20,0	12,2	6,9	2,5
Mato Grosso	11,9	28,1	17,0	13,5	6,3	2,5
Goiás	13,2	27,2	20,0	12,1	7,4	2,9
Distrito Federal	6,3	16,0	15,4	11,3	5,3	1,9

Fonte: IBGE, Pnad 1996.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Salário mínimo em 1996 = R$112,00.

(2) O cálculo destas taxas não levou em consideração as informações com renda não-declarada.

Tabela 4B – Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais por rendimento domiciliar segundo a unidade da Federação – 1998

Unidade da Federação	Total	Rendimento domiciliar em salário mínimo corrente (%) [1] [2]				
		Até 1 SM	Mais de 1 até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Brasil	13,8	34,6	24,6	12,1	6,2	1,9
Norte	12,6	24,5	20,1	11,7	7,1	2,5
Rondônia	7,6	24,3	16,9	7,0	4,2	0,8
Acre	14,4	21,6	31,8	12,3	7,2	3,5
Amazonas	8,5	16,3	13,2	8,0	3,8	2,5
Roraima	8,3	30,6	13,3	4,3	7,6	0,9
Pará	13,6	23,4	20,1	15,1	9,0	2,7
Amapá	9,1	22,8	14,3	6,1	8,2	3,1
Tocantins	22,0	36,4	29,4	13,1	10,0	5,6
Nordeste	27,5	44,1	35,3	21,3	10,6	3,0
Maranhão	29,6	43,7	35,5	20,1	10,6	1,9
Piauí	34,2	49,0	42,7	23,4	11,1	3,7
Ceará	29,6	45,7	37,7	21,5	11,0	3,0
R. G. do Norte	26,6	45,2	33,2	25,2	16,5	5,6
Paraíba	28,7	45,3	39,0	22,2	9,6	2,9
Pernambuco	24,4	41,3	32,9	20,2	9,8	2,7
Alagoas	34,7	56,8	41,8	32,7	10,0	3,6
Sergipe	24,0	39,7	32,3	16,2	11,1	2,5
Bahia	24,9	40,7	31,7	19,2	9,5	2,6
Sudeste	8,1	24,7	16,5	8,9	5,3	1,9
Minas Gerais	12,6	28,2	19,8	11,2	6,3	2,0
Espírito Santo	12,0	29,3	19,8	9,2	6,4	1,4
Rio de Janeiro	5,9	20,0	12,3	6,0	4,2	1,0
São Paulo	6,6	22,2	15,0	8,9	5,4	2,1
Sul	8,1	24,3	15,7	7,4	4,3	1,3
Paraná	10,4	28,6	18,2	9,1	5,5	1,5
Santa Catarina	6,4	23,9	13,8	7,5	3,3	0,8
R. G. do Sul	6,8	19,5	13,8	5,9	3,9	1,4
Centro-Oeste	11,1	28,5	18,0	10,9	6,8	1,8
M. G. do Sul	11,8	27,8	18,1	12,8	7,1	2,3
Mato Grosso	11,2	28,6	16,1	10,7	6,4	1,5
Goiás	13,0	32,6	19,9	10,9	7,2	1,7
Distrito Federal	5,6	15,1	11,3	8,1	5,8	1,6

Fonte: IBGE, Pnad 1998.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Salário mínimo em 1998 = R$130,00.

(2) O cálculo destas taxas não levou em consideração as informações com renda não-declarada.

Tabela 4C – Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais por rendimento domiciliar segundo a unidade da Federação – 2001

Unidade da Federação	Total	Rendimento domiciliar em salário mínimo corrente (%) (1) (2)				
		Até 1 SM	Mais de 1 até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Brasil	12,4	28,8	19,7	9,7	4,7	1,4
Norte	11,2	22,6	15,5	9,9	5,0	2,0
Rondônia	10,2	26,9	15,0	7,2	4,3	1,3
Acre	16,7	29,4	23,1	22,2	7,1	2,9
Amazonas	7,7	15,8	11,1	6,3	3,9	2,2
Roraima	11,5	17,0	16,9	11,4	9,1	2,4
Pará	11,2	20,3	14,9	11,0	5,2	2,0
Amapá	7,2	21,7	8,5	6,0	5,4	0,7
Tocantins	18,5	34,3	24,0	13,4	5,5	2,3
Nordeste	24,3	36,8	29,3	17,2	8,4	1,8
Maranhão	23,4	34,2	27,9	15,5	10,9	4,0
Piauí	29,4	40,4	35,3	21,7	11,7	2,4
Ceará	24,8	38,1	29,3	17,7	8,7	1,3
R. G. do Norte	24,2	35,3	30,7	20,0	8,7	1,2
Paraíba	27,2	39,4	32,5	19,0	9,3	0,8
Pernambuco	22,0	34,9	27,9	16,7	7,4	2,2
Alagoas	30,6	47,1	34,7	18,1	9,5	1,9
Sergipe	21,4	36,2	24,8	14,4	7,1	1,8
Bahia	22,9	34,7	27,5	16,2	7,0	1,1
Sudeste	7,5	20,0	13,5	7,5	4,0	1,5
Minas Gerais	11,7	22,9	17,9	9,8	4,5	1,8
Espírito Santo	11,5	23,1	14,5	11,6	5,5	2,4
Rio de Janeiro	5,6	17,7	9,8	5,4	3,3	1,2
São Paulo	6,0	17,6	11,6	7,0	3,9	1,5
Sul	7,1	19,5	12,4	5,9	3,6	0,8
Paraná	8,6	22,1	14,1	6,8	4,0	0,7
Santa Catarina	5,9	17,8	11,3	5,4	4,1	1,0
R. G. do Sul	6,3	16,8	11,3	5,4	3,0	0,8
Centro-Oeste	10,2	23,3	15,3	8,9	5,0	1,4
M. G. do Sul	10,3	22,5	14,7	8,4	5,6	1,9
Mato Grosso	11,2	26,7	14,8	9,6	5,9	1,7
Goiás	11,7	24,1	16,9	9,0	4,9	1,6
Distrito Federal	5,5	15,0	10,2	7,9	3,7	0,9

Fonte: IBGE, Pnad 2001.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Salário mínimo em 2001 = R$180,00.

(2) O cálculo destas taxas não levou em consideração as informações com renda não-declarada.

Tabela 5A – Taxa de analfabetismo por faixa etária segundo a unidade da Federação – 1996

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo por faixa etária					
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos e mais
Brasil	8,3	6,0	7,6	11,1	21,9	37,4
Norte	6,2	3,5	5,9	11,0	21,5	41,0
Rondônia	1,7	1,8	3,7	6,4	16,4	29,3
Acre	7,3	4,8	12,1	18,0	31,1	42,6
Amazonas	3,5	2,1	3,8	7,3	16,8	37,7
Roraima	-	-	3,2	5,4	7,5	55,0
Pará	8,8	4,0	5,9	11,5	20,1	38,8
Amapá	4,5	4,4	7,0	8,6	23,5	42,0
Tocantins	8,0	6,0	9,8	20,6	37,1	54,8
Nordeste	20,2	14,2	17,9	25,5	42,6	58,3
Maranhão	29,6	17,0	21,6	32,8	47,6	62,6
Piauí	31,1	22,1	21,9	28,5	54,2	65,2
Ceará	22,7	16,3	19,3	29,1	44,9	56,0
R. G. do Norte	15,8	10,8	19,3	25,2	38,4	62,5
Paraíba	18,9	15,7	19,8	27,9	44,2	58,4
Pernambuco	17,7	11,8	15,1	22,5	39,5	56,2
Alagoas	30,0	25,2	26,3	30,7	52,8	67,5
Sergipe	13,6	13,1	15,2	24,1	38,3	51,1
Bahia	13,5	9,5	14,4	20,6	37,8	56,4
Sudeste	2,0	1,8	2,9	5,7	13,4	27,2
Minas Gerais	3,0	2,7	4,4	9,1	21,4	37,8
Espírito Santo	4,2	3,5	4,1	10,5	25,7	43,8
Rio de Janeiro	2,2	1,6	2,9	4,3	8,8	16,2
São Paulo	1,3	1,3	2,2	4,4	10,9	26,2
Sul	1,7	2,0	3,3	5,7	13,7	27,2
Paraná	2,1	2,4	3,6	8,1	18,9	38,3
Santa Catarina	1,0	1,3	3,1	3,9	11,7	26,3
R. G. do Sul	1,6	2,0	3,2	4,5	10,4	19,8
Centro-Oeste	2,8	2,5	4,4	9,1	21,7	40,8
M. G. do Sul	2,7	3,4	5,3	9,5	21,3	40,4
Mato Grosso	2,4	2,5	4,3	10,3	24,4	39,3
Goiás	3,8	2,7	4,4	9,8	24,2	45,7
Distrito Federal	0,7	1,0	3,6	5,2	12,1	25,1

Fonte: IBGE, Pnad 1996.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 5B – Taxa de analfabetismo por faixa etária segundo a unidade da Federação – 1998

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo por faixa etária					
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos e mais
Brasil	6,9	4,8	6,9	10,8	20,1	35,9
Norte	5,9	3,0	6,0	11,1	22,4	40,8
Rondônia	1,5	1,5	1,4	5,5	19,0	40,7
Acre	4,8	3,0	9,1	14,1	16,2	43,3
Amazonas	3,6	1,3	3,0	6,5	15,1	34,0
Roraima	2,6	-	0,9	7,2	21,5	39,1
Pará	8,8	4,2	7,9	11,6	23,0	39,4
Amapá	2,1	2,0	2,6	9,2	17,0	38,7
Tocantins	7,3	4,9	9,7	22,8	37,3	55,5
Nordeste	16,9	11,6	16,5	25,3	40,3	58,0
Maranhão	21,6	11,1	19,8	27,6	39,5	67,1
Piauí	26,2	16,3	20,9	30,8	51,3	65,2
Ceará	17,0	11,8	18,5	27,4	42,9	58,4
R. G. do Norte	15,2	13,5	16,7	23,8	38,5	55,4
Paraíba	14,2	12,3	17,7	25,7	40,2	55,6
Pernambuco	14,1	9,8	14,2	21,7	35,6	54,5
Alagoas	28,6	21,6	25,6	31,5	47,3	62,5
Sergipe	11,5	10,2	13,2	22,5	40,1	54,0
Bahia	13,4	9,5	13,1	23,6	38,6	55,3
Sudeste	1,6	1,4	2,7	5,3	11,8	25,8
Minas Gerais	2,4	2,6	4,0	8,2	20,0	39,3
Espírito Santo	2,9	2,1	4,0	9,1	21,8	36,0
Rio de Janeiro	1,8	1,3	2,5	4,0	8,1	15,6
São Paulo	0,9	0,7	2,0	4,1	9,2	23,4
Sul	1,2	1,4	2,7	5,2	12,5	25,7
Paraná	1,0	1,8	3,3	7,0	18,0	33,0
Santa Catarina	0,9	0,2	1,9	4,6	9,4	23,6
R. G. do Sul	1,6	1,5	2,4	4,0	9,5	21,0
Centro-Oeste	2,4	2,2	4,2	8,5	19,9	38,6
M. G. do Sul	2,0	3,3	4,2	8,3	19,0	40,6
Mato Grosso	2,6	1,9	4,2	10,1	20,7	37,4
Goiás	2,9	2,5	4,7	9,1	23,6	44,3
Distrito Federal	1,2	0,9	3,1	5,1	9,9	19,3

Fonte: IBGE, Pnad 1998.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 5C – Taxa de analfabetismo por faixa etária segundo a unidade da Federação – 2001

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo por faixa etária					
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos e mais
Brasil	4,2	3,2	6,0	9,5	17,6	34,0
Norte	4,7	3,4	5,3	9,3	19,1	40,6
Rondônia	1,4	1,4	3,8	8,5	16,4	40,6
Acre	3,2	4,2	9,2	15,8	29,5	50,3
Amazonas	3,7	2,6	2,7	6,3	15,5	32,9
Roraima	2,5	1,5	5,5	10,1	22,9	45,4
Pará	5,5	4,3	6,5	9,3	17,7	36,5
Amapá	0,0	0,7	1,1	4,0	14,5	39,2
Tocantins	8,6	4,0	7,7	15,7	29,3	57,6
Nordeste	9,5	7,2	14,2	22,2	35,8	55,2
Maranhão	10,9	7,2	13,7	20,9	37,7	58,1
Piauí	16,6	9,1	20,2	27,5	42,2	57,4
Ceará	7,5	6,9	14,8	23,0	37,0	52,2
R. G. do Norte	10,5	6,0	15,3	21,0	34,8	58,4
Paraíba	8,8	8,7	17,8	23,5	36,7	57,9
Pernambuco	11,6	7,9	12,6	20,2	31,5	50,0
Alagoas	12,0	10,5	21,2	29,3	44,8	60,9
Sergipe	7,3	6,1	12,4	18,8	34,8	53,6
Bahia	6,8	6,0	11,5	21,2	34,1	56,0
Sudeste	1,2	1,1	2,5	4,7	10,7	24,4
Minas Gerais	2,0	1,5	3,9	7,5	18,2	36,2
Espírito Santo	2,3	2,4	4,2	8,8	18,3	36,1
Rio de Janeiro	1,5	1,4	2,1	3,6	6,7	16,1
São Paulo	0,7	0,7	1,8	3,6	8,4	21,6
Sul	1,2	1,2	2,0	4,2	10,3	23,2
Paraná	0,9	1,6	2,1	5,1	14,4	28,6
Santa Catarina	0,6	0,6	1,6	3,8	8,1	22,4
R. G. do Sul	1,8	1,1	2,1	3,5	8,1	19,5
Centro-Oeste	1,8	1,4	3,2	7,8	17,8	37,5
M. G. do Sul	0,9	1,7	3,1	6,3	14,8	37,9
Mato Grosso	2,4	1,6	3,6	9,7	21,3	37,7
Goiás	2,1	1,5	3,3	8,8	20,2	41,4
Distrito Federal	1,4	0,7	2,7	4,4	10,2	22,2

Fonte: IBGE, Pnad 2001.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 6 – Situação do sistema educadional brasileiro segundo as unidades da Federação – 2001

Condições de oferta

Unidade da Federação	Número de Estabelecimentos no EJA (Alfabetização e 1ª a 4ª série)	Número de Matrículas no EJA (Alfabetização e 1ª a 4ª série)	Número de Matrículas no Ensino Fundamental Regular de 1ª a 4ª série com mais de 15 anos	Número de Funções Docentes		
				EJA (Alfabetização e 1ª a 4ª série)	Ensino Fundamental Regular	
					1ª a 4ª série	5ª a 8ª série
Brasil	23.563	115.623	1.546.936	49.560	809.253	770.362
Norte	3.505	17.659	207.047	8.014	76.900	49.174
Rondônia	185	1.074	3.647	451	7.762	6.667
Acre	307	1.910	9.723	1.220	4.232	2.717
Amazonas	885	4.315	43.177	1.914	14.716	10.621
Roraima	122	583	1.252	252	2.303	1.525
Pará	1.476	7.067	126.641	3.008	36.689	20.159
Amapá	156	771	3.043	402	3.342	2.186
Tocantins	374	1.939	19.564	767	7.856	5.299
Nordeste	15.155	74.299	1.096.337	26.716	285.954	205.451
Maranhão	1.946	10.640	158.287	3.315	38.934	25.516
Piauí	1.387	6.698	85.530	2.216	22.830	15.743
Ceará	4.623	20.172	61.375	7.226	40.710	31.438
R. G. do Norte	1.110	5.068	25.665	2.143	16.414	11.656
Paraíba	1.263	6.932	86.718	2.273	23.030	14.907
Pernambuco	2.187	11.164	76.328	4.584	38.673	30.739
Alagoas	1.094	5.176	59.039	2.458	15.547	9.550
Sergipe	486	2.328	35.190	869	10.363	7.744
Bahia	1.059	6.121	508.205	1.632	79.453	58.158
Sudeste	3.234	15.599	145.018	9.599	277.134	327.400
Minas Gerais	498	3.320	80.207	1.383	94.193	91.147
Espírito Santo	640	2.801	5.409	949	13.659	14.280
Rio de Janeiro	687	3.491	42.610	2.210	58.952	72.667
São Paulo	1.409	5.987	16.792	5.057	110.330	149.306
Sul	1.077	5.335	25.418	2.917	112.911	126.815
Paraná	289	1.763	5.730	1.144	43.386	41.509
Santa Catarina	266	1.327	3.167	673	22.913	25.603
R. G. do Sul	522	2.245	16.521	1.100	46.612	59.703
Centro-Oeste	592	2.731	73.116	2.314	56.354	61.522
M. G. do Sul	51	202	18.917	132	12.341	11.688
Mato Grosso	146	625	18.489	326	13.939	14.241
Goiás	275	1.440	33.777	926	22.372	26.311
Distrito Federal	120	464	1.933	930	7.702	9.282

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 7 – Situação do sistema educacional brasileiro segundo as unidades da Federação – 2001

Indicadores de produtividade

Unidade da Federação	Tempo Médio Esperado de Permanência no Sistema	Número Médio Esperado de Séries Concluídas	Porcentual Esperado de Concluintes
Brasil	8,5	6,8	62,4
Norte	8,4	6,0	42,3
Rondônia	8,5	6,6	48,0
Acre	8,5	6,3	53,1
Amazonas	8,5	6,1	47,0
Roraima	8,1	6,9	65,5
Pará	8,5	5,8	35,6
Amapá	9,0	7,0	68,5
Tocantins	7,5	5,9	39,1
Nordeste	8,8	6,2	50,0
Maranhão	7,9	6,1	46,5
Piauí	8,3	5,8	39,4
Ceará	8,3	6,8	62,4
R. G. do Norte	8,9	6,5	55,9
Paraíba	9,0	6,3	51,4
Pernambuco	9,1	6,4	53,6
Alagoas	9,0	6,1	50,4
Sergipe	9,0	6,0	45,9
Bahia	9,1	5,9	46,2
Sudeste	8,1	7,3	73,5
Minas Gerais	8,2	7,2	73,6
Espírito Santo	8,5	7,0	61,6
Rio de Janeiro	8,3	7,0	64,0
São Paulo	8,1	7,4	78,8
Sul	8,4	7,1	69,2
Paraná	8,2	7,0	65,6
Santa Catarina	8,4	7,4	76,7
R. G. do Sul	8,7	7,2	68,4
Centro-Oeste	8,4	6,6	55,0
M. G. do Sul	8,3	6,5	53,2
Mato Grosso	8,7	6,8	59,2
Goiás	8,4	6,6	55,4
Distrito Federal	8,2	6,7	60,2

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 8 – Situação do sistema educacional brasileiro segundo as unidades da Federação – 2001

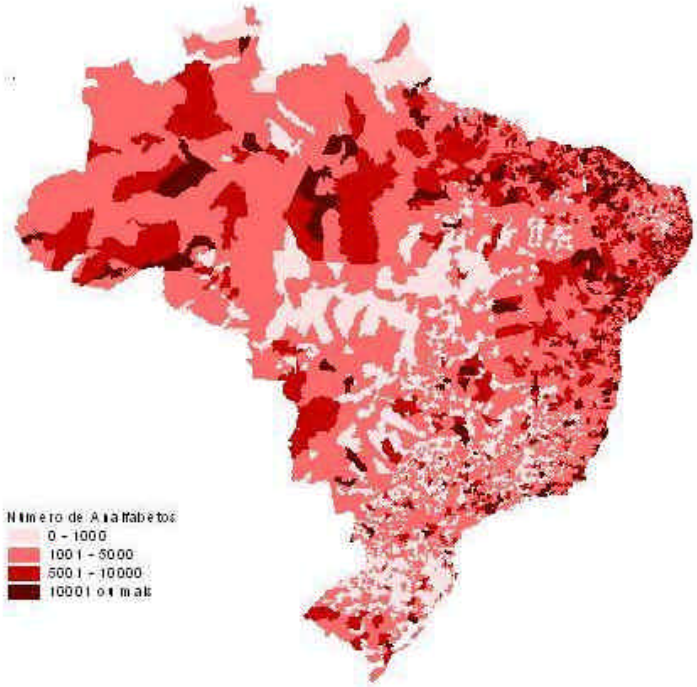
Acesso, rendimento e eficiência

Unidade da Federação	Taxa de Escolarização Bruta do Ensino Fundamental Regular (1)	Taxas de Reprovação na 1ª série do Ensino Fundamental Regular	Idade Média do Ensino Fundamental Regular	
			1ª série	8ª série
Brasil	126,7	15,2	8,9	16,5
Norte	123,7	24,4	9,1	17,2
Rondônia	118,8	18,5	7,9	16,4
Acre	122,9	25,8	9,2	16,5
Amazonas	120,7	25,8	9,3	18,6
Roraima	122,0	16,9	7,8	15,5
Pará	123,4	26,3	9,2	16,6
Amapá	113,5	17,9	8,1	16,1
Tocantins	144,1	15,0	9,2	17,2
Nordeste	141,2	20,2	10,0	18,0
Maranhão	135,1	18,1	9,8	17,5
Piauí	140,4	24,3	9,6	17,2
Ceará	135,9	11,5	7,9	19,3
R. G. do Norte	132,6	14,4	7,8	16,9
Paraíba	142,8	23,3	9,8	17,6
Pernambuco	128,6	25,3	8,5	17,5
Alagoas	134,9	27,0	9,0	18,2
Sergipe	133,8	33,5	9,2	17,6
Bahia	158,8	18,4	12,3	17,5
Sudeste	119,8	6,2	7,8	15,6
Minas Gerais	124,7	9,6	8,3	16,1
Espírito Santo	115,0	6,0	7,5	15,8
Rio de Janeiro	124,6	7,4	7,9	16,2
São Paulo	115,8	3,2	7,4	15,2
Sul	112,0	13,6	7,4	15,3
Paraná	107,7	8,2	7,1	15,1
Santa Catarina	112,4	13,9	7,3	15,0
R. G. do Sul	116,1	18,7	7,6	15,6
Centro-Oeste	132,4	12,9	8,5	16,9
M. G. do Sul	124,9	15,6	9,8	16,4
Mato Grosso	135,4	7,8	8,1	17,3
Goiás	136,5	13,1	8,4	17,3
Distrito Federal	126,0	17,7	7,7	15,9

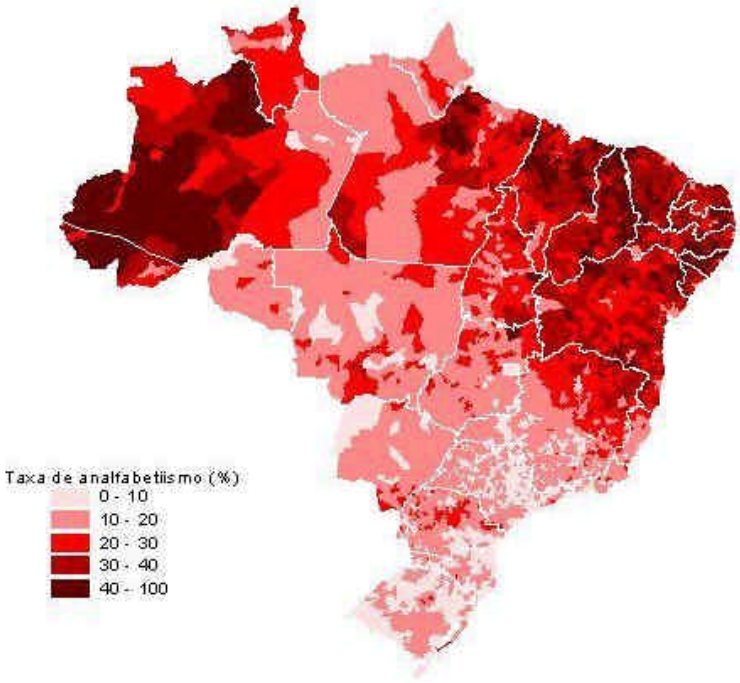
Fonte: MEC/Inep.

Nota: (1) Os dados para este indicador são referentes ao ano de 2000.

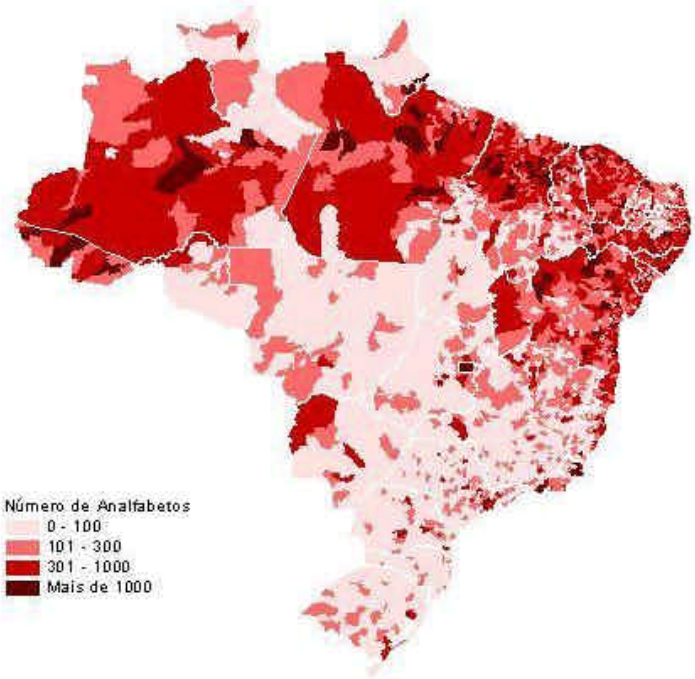
ANEXO II



Analfabetos com 15 anos ou mais de idade por município - 2000
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

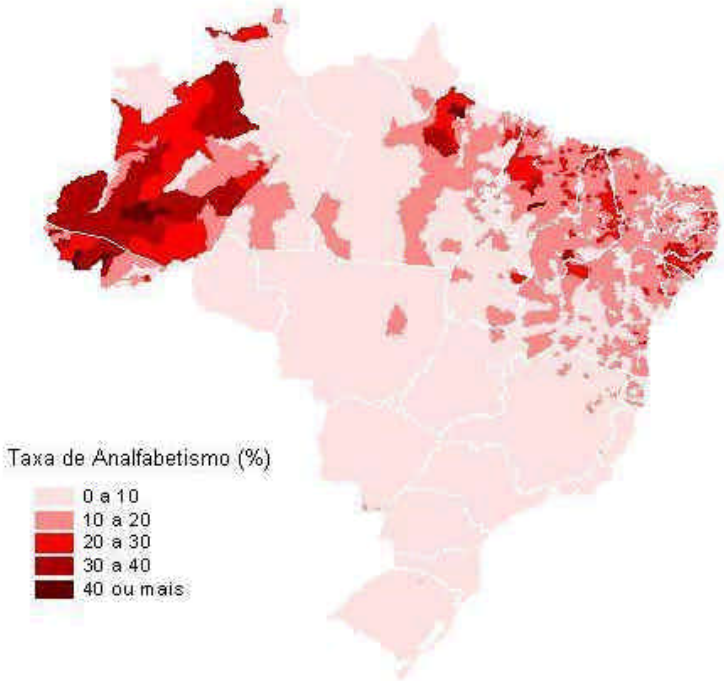


Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais por município - 2000
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000



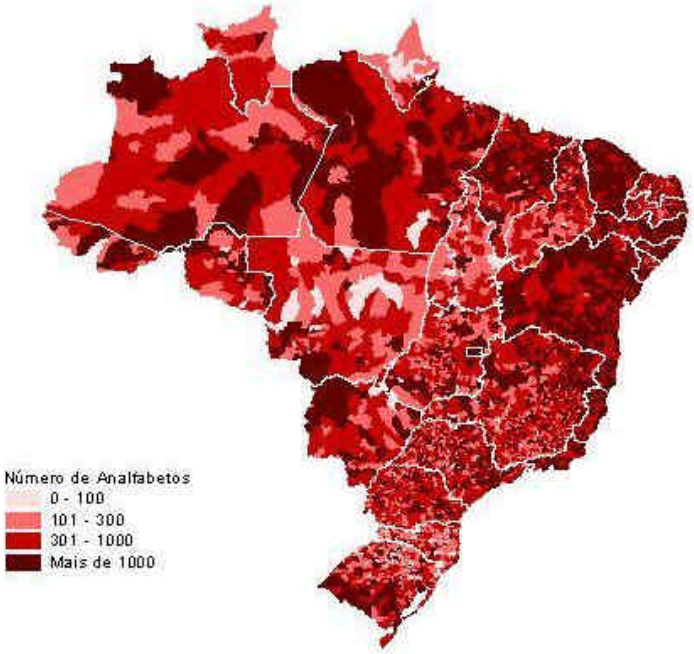
Analfabetos de 15 a 19 anos de idade por município - 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000



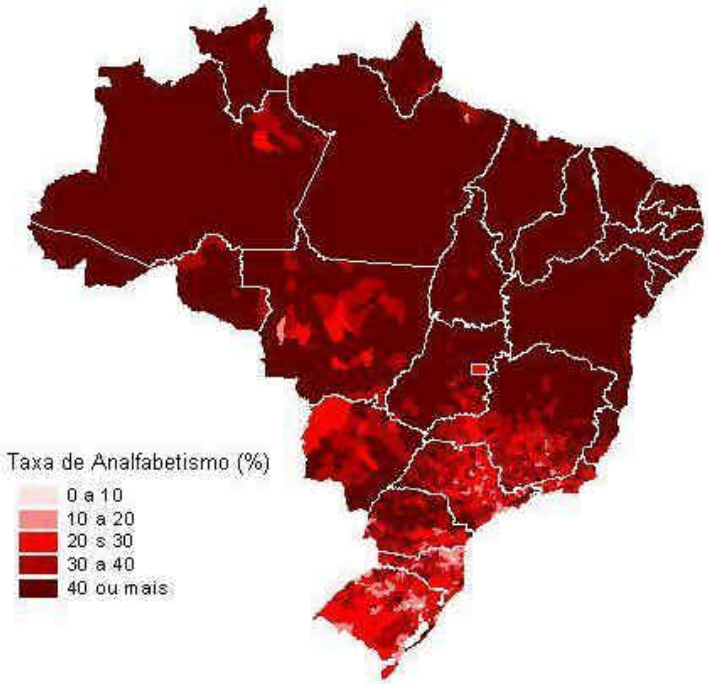
Taxa de analfabetismo de 15 a 19 anos por município - 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000



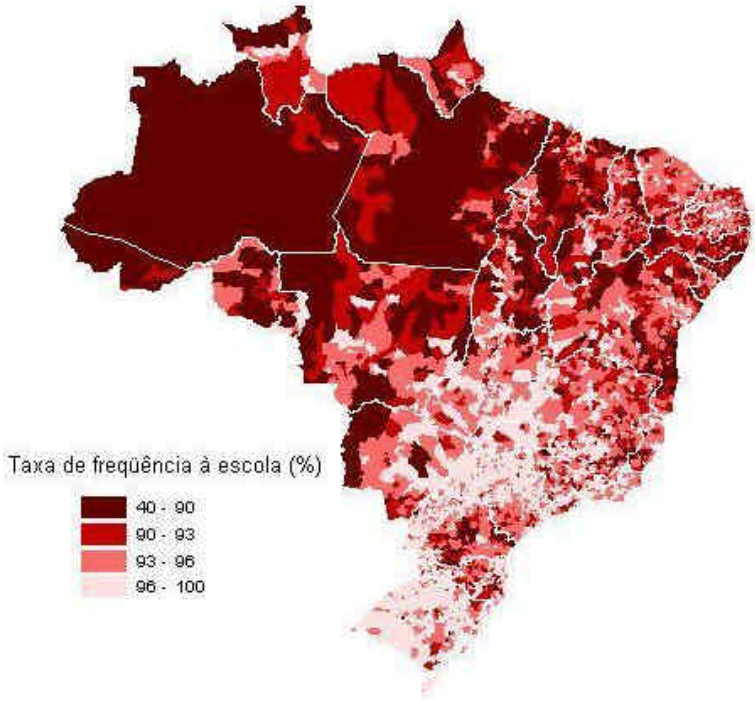
Número de analfabetos com 60 ou mais anos de idade por município - 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000



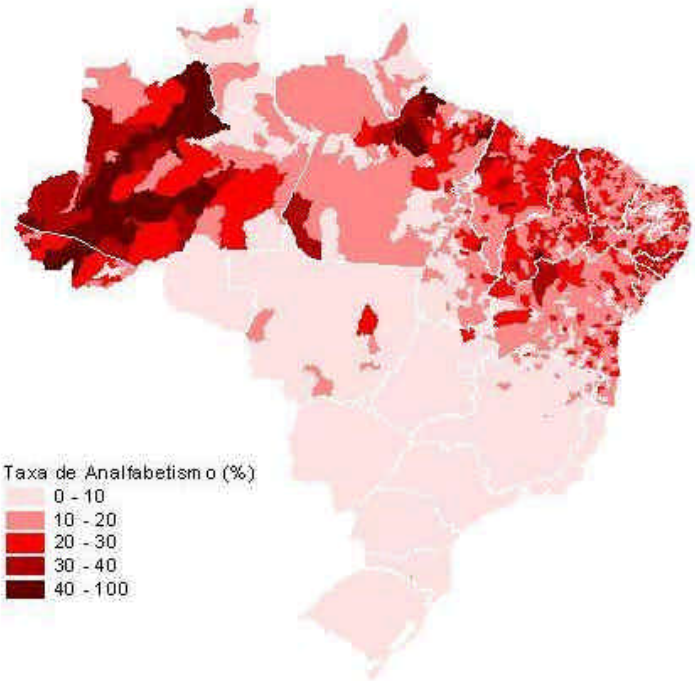
Taxa de analfabetismo de 60 anos ou mais por município - 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000



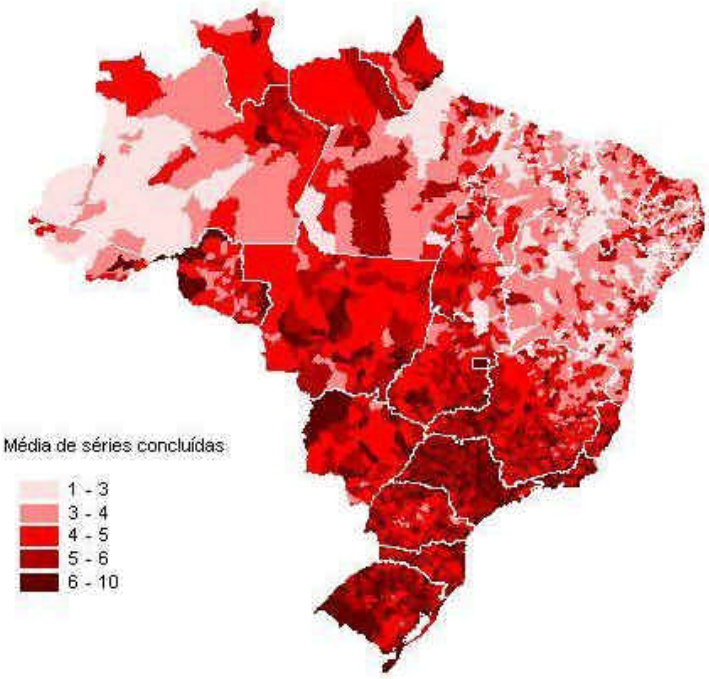
Taxa de freqüência à escola da população de 7 a 14 anos - 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000



Taxa de analfabetismo de 10 a 14 anos por município - 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000



Escolaridade média da população de 15 anos ou mais

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Instituto Nacional
de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira

Ministério
da Educação

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL